

Uma biografia semi-oculta

Luís Costa Pinto

Da equipe do **Correio**

O deputado Luís Eduardo Magalhães era herdeiro da maior virtude do pai, a lealdade, e carecia das duas maiores imperfeições da alma do senador Antonio Carlos Magalhães — o rancor e a virulência. Morto aos 43 anos, em 21 de abril de 1998, vítima de enfarte, Luís Eduardo construiu uma biografia digna de entrar para a galeria dos mais hábeis parlamentares da História do Congresso republicano no Brasil. Era um craque. “Não me peça para elaborar um projeto de lei, pôr as idéias em ordem e pensar nas normas jurídicas”, gostava de dizer para definir suas qualidades como homem público. “Mas dê-me a tarefa de construir uma maioria para aprová-lo e eu aprovo.”

O livro *O Reformador*, tentativa de traçar o perfil parlamentar de um dos mais importantes políticos contemporâneos do país, sofre com a melancólica derrocada da carreira de Antonio Carlos. Escrito pelos jornalistas Augusto Nunes e Geraldo Mayrinck, *O Reformador* ainda não conseguiu ter um lançamento à altura da memória do biografado. O culpado é ACM.

No dia 24 de abril marcou-se uma grande festa para o lançamento do livro. O convescote, que seria em Brasília, foi adiado em razão do depoimento de Antonio Carlos ao Conselho de Ética. A Editora Globo imprimiu os 5.000 exemplares da primeira tiragem da obra e distribuiu-os sem alarde. A Câmara dos Deputados, que encomendou o trabalho a Augusto Nunes há três anos, desistiu de conceder-lhe o selo oficial da série “Perfis Parlamentares”. Paga pelo Orçamento da Câmara, esta série edita a história oficial do desempenho parlamentar dos grandes políticos nacionais. Mayrinck integrou-se ao projeto para que o prazo de entrega fosse cumprido.

O livro comete erros factuais. A data da autorização do impeachment do ex-presidente Fernando Collor, 29 de setembro de 1992, foi confundida com 3 de outubro de 1993. Os autores da biografia fazem grande confusão, ainda, com o trabalho de convencimento do filho de ACM para que fosse rejeitado o pedido de cassação do deputado Ricardo Fiúza. Isso ocorreu em 1994, quando o presidente Itamar Franco estava no derradeiro ano de mandato. O texto crava que foi em 1992, quando Fiúza era ministro de Collor. Por fim, um erro capital que é decorrência de todos os outros: a data do discurso no plenário da Câmara em que Luís Eduardo defendeu Collor é apresentada como 1º de outubro de 1993. Foi a mais importante peça de retórica do ex-presidente da Câmara, que o pronunciou a 29 de setembro de 1992. Como o livro está semi-oculto nas prateleiras, pode ser corrigido em nova edição.